

DINÂMICAS INTERNACIONAIS DA RESISTÊNCIA: O Caso Pierre Robert (1934-1944)

INTERNATIONAL DYNAMICS OF RESISTANCE: The Case of Pierre Robert (1934-1944)

Nathan Lermen¹

Resumo: O artigo investiga diferentes manifestações de resistência ao regime nazista entre 1934 e 1944, com foco na distribuição clandestina de literatura considerada subversiva e na formação de redes de oposição. A pesquisa, fundamentada em estudos sobre resistência política, incorpora processos judiciais, correspondências diplomáticas e artigos de jornais, como o francês “*Le Peuple*”. Nesse contexto, o estudo examina as interações e os deslocamentos do jornalista suíço Pierre Robert (pseudônimo de Henri Bertholet) entre França, Alemanha e Suíça, decorrentes de seu envolvimento com movimentos de resistência. Os resultados revelam que as ações do jornalista e de seus colegas não apenas desafiaram a repressão do regime, mas também estabeleceram uma rede de solidariedade transnacional, que demonstra a importância da resistência intelectual e da comunicação durante esse período.

Palavras-chave: Resistência, Regime Nazista, Le Peuple, Trajetória.

Abstract: The article investigates different forms of resistance to the Nazi regime between 1934 and 1944, focusing on the clandestine distribution of literature deemed subversive and the formation of opposition networks. The research, grounded in studies of political resistance, incorporates legal processes, diplomatic correspondence, and newspaper articles, such as the French “*Le Peuple*”. In this context, the study examines the interactions and movements of Swiss journalist Pierre Robert (pseudonym of Henri Bertholet) between France, Germany, and Switzerland, resulting from his involvement with resistance movements. The findings reveal that the actions of the journalist and his colleagues not only challenged the regime's repression but also established a transnational network of solidarity, demonstrating the importance of intellectual resistance and communication during this period.

Keywords: Resistance, Nazi Regime, Le Peuple, Trajectory.

A análise das formas de resistência ao regime nazista revela um campo de estudo multifacetado que abrange tanto a ação individual quanto a coletiva. Este trabalho tem como objetivo investigar a trajetória do jornalista suíço René Bertholet, cuja atuação na clandestina distribuição de literatura subversiva exemplifica algumas das estratégias de oposição ao nazifascismo. A resistência, neste contexto, é compreendida não apenas como um ato de desobediência, mas como uma prática complexa que envolve a construção de redes de solidariedade e a disseminação de informações críticas.

Fundamentado em uma análise de fontes primárias, o artigo se desenvolve a partir de processos judiciais, correspondências diplomáticas e publicações impressas. Essas fontes são cruciais para a compreensão das dinâmicas de resistência, pois documentam

¹ Doutorando em História Global pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: lermen.nathan@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8940224551168964>. ORCID-id: <https://orcid.org/0000-0002-2027-3298>.

não apenas as ações do jornalista, mas também as interações entre diferentes grupos e indivíduos que se opuseram ao regime nazista. Nesse sentido, o artigo está estruturado em três seções principais: a primeira aborda o caso judicial que resultou na prisão de Bertholet por alta traição e detalha as acusações que lhe foram imputadas; a segunda seção se concentra na França, onde o jornalista se envolveu na clandestina distribuição de literatura subversiva, a partir de sua conexão com o jornal “*Le Peuple*” e as redes de resistência. Por fim, a terceira seção examina a Suíça como um ponto de passagem para o contrabando de impressos e as interações de Bertholet com outros exilados que buscavam resistir ao regime nazista.

Alemanha, 1934

Em 12 de setembro de 1934, o jornal de Estrasburgo “*Der Republikaner – Mülhauser Volkszeitung*” publicou em sua primeira página a seguinte notícia:

René Bertholet é condenado a 2 anos e meio de prisão. Berlim, 11 de setembro. Na segunda-feira, o Tribunal Popular sentenciou René Bertholet, natural da Suíça, a dois anos e meio de prisão por se preparar para alta traição, cometer crimes contra partido político e contra a paz jurídica. [...] Em duas viagens à Alemanha, emigrantes contrabandeavam folhetos de conteúdo traiçoeiro convocando a reunião dos revolucionários marxistas sob a bandeira de um novo sindicato e a derrubada do regime nacional-socialista. A ligação com cúmplices alemães foi estabelecida pelo co-réu Siegbert Katz de Berlim, que foi condenado a três anos de prisão. Quatro outros réus que ajudaram a distribuir as escrituras traidoras receberam penas de prisão que variam de nove meses a dois anos e meio (*Der Republikaner*, 1934, p. 02, tradução nossa).

O homem citado no jornal, o suíço René Bertholet, assim como os outros envolvidos no caso foram condenados pelo Tribunal do Povo (*Volksgerichtshof – VGH*), um tribunal especial para a condenação de alta traição contra o Estado Nazista. Criado meses antes desse julgamento, o tribunal os acusou de alta traição e violação da paz pública por meio da distribuição de panfletos e manifestos antinazistas que estes contrabandearam do estrangeiro (Wagner, 2011). Tais manifestos incitavam a formação de uma nova organização política, o restabelecimento do movimento sindical na Alemanha e a derrubada do regime nacional-socialista.

A acusação movida pelo Ministério Público estava amparada na lei contra a formação de novos partidos (*Reichsgesetzblatt Teil I Kr. 81 – 14.07.1933*), que determinava, em sua primeira seção, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) como o único possível partido político do país. Como punição

estabelecida no Artigo 2, determinava-se a prisão por até três anos sobre aquele que compromettesse a coesão organizacional do NSDAP ou intentasse sobre o planejamento de novas organizações políticas no território (*Reichsgesetzblatt Teil I, Kr, ° 81 – 13.10.1933*). Uma outra lei utilizada durante o julgamento, foi a da garantia de paz jurídica e pública (*Reichsgesetzblatt Teil I, Kr, ° 112 – 13.10.1933*), cuja seção 1 e parágrafo 1, incisos 3 e 4, determinava a prisão por até 15 anos a quem produzisse ou distribuisse publicações impressas de conteúdo considerado traiçoeiro.

Na audiência principal, houve destaque sobre a importação de dois materiais da França para Alemanha nos meses de setembro e outubro de 1933, intitulados “Renovação Socialista contra o Fascismo” e “Novas cartas políticas”, compreendidas como um ataque ao NSDAP, uma vez que continham um pedido para reunião de forças em uma nova base contrária ao partido (Dinichert, 1934). À época, o tribunal não levou em consideração as declarações do acusado suíço em relação ao uso das publicações apreendidas para um experimento de pesquisa que objetivava observar como o conteúdo afetaria setores individuais da classe trabalhadora. O homem alegou que foi enviado à Alemanha pelo jornal francês “*Le Peuple*” para realizar tal pesquisa e escrever sobre as condições de trabalho naquele país, e por isso julgou que os impressos seriam uma boa ferramenta para atingir seu objetivo. Tanto o tribunal quanto a promotoria não consideraram a versão do suíço, uma vez que ele estava ciente do conteúdo dos impressos e de que isto seria considerado alta traição em território alemão. Por outro lado, a defensoria apelou para o desconhecimento de um estrangeiro sobre a situação política na Alemanha e para a baixa distribuição dos referidos materiais dentro daquele país, ou seja, para a defensoria o episódio não teria causado qualquer dano para o Reich alemão¹.

Como outro agravante, o tribunal considerou o fato de Bertholet ter usado o judeu alemão Siegbert Katz como um intermediário entre os demais réus. O suíço afirmou no julgamento que conheceu Katz na Liga Internacional de Luta Socialista (*International Sozialistischer Kampfbund – ISK*). Quando Bertholet chegou em Berlim de Paris via Hamburgo, no outono de 1933, entrou em contato com Katz e lhe entregou o primeiro pacote com os impressos. Este passou a conduzir reuniões em um apartamento de um conhecido — de sobrenome Wehrmeister — acompanhado de outros dois homens que também foram detidos e condenados. Em uma correspondência para o Ministério das Relações Exteriores, o então diplomata do Consulado Suíço em Berlim, Paul Dinichert, sugeriu se seria cabível um pedido de clemência para o cidadão suíço que, entre outros agravantes, foi capturado com uma considerável quantia — cerca de 5000 marcos, compreendida como o montante destinado ao serviço da oposição alemã.² O Ministério

não interferiu, e Bertholet permaneceu preso durante os anos designados pelo Tribunal do Povo. Conforme registros do Consulado Suíço em Berlim, após o cumprimento de sua pena, o jornalista foi expulso da Alemanha e retornou para a cidade de Paris.

França, 1936

O jornal parisiense “*Le Peuple*”, compunha uma das principais publicações da imprensa confederal de língua francesa, associada à gestão da Confederação Geral do Trabalho (CGT)³. A corrente do sindicalismo revolucionário francês surgiu atrelada à CGT, como parte de um programa de ação sindical sob objetivo de reunião do operariado em uma única organização, cuja:

[...] acção directa dos trabalhadores contra o patronato e o Estado conquistaria regalias imediatas, mas também teria uma componente pedagógica. No decorrer da luta, o operariado organizado tomaria consciência da sua força e compreenderia que podia gerir a sociedade em seu proveito, através das associações de classe. O futuro seria a gestão sindical. Adoptando e adaptando postulados marxistas e libertários, esta doutrina conciliará socialistas, acratas e sindicalistas puros, alcançando a hegemonia em muitas associações de classe por todo o mundo ocidental (Pereira, 2012, p. 199).

Essa corrente do sindicalismo francês foi o principal ponto de irradiação do sindicalismo revolucionário.⁴ A CGT buscou aprimorar as condições de vida dos trabalhadores através de greves, boicotes e sabotagens tendo em vista o desaparecimento do patronato:

O Sindicalismo Revolucionário assenta essencialmente na ideia «fora do sindicalismo não há luta de classes». O operariado tem de entrar em ruptura absoluta com a burguesia, não aceitando colaborar politicamente com esta num Partido Socialista, nem perfilhar ideais comuns com os intelectuais libertários. O Sindicalismo Revolucionário é a doutrina exclusiva da classe operária e os sindicatos as suas instituições próprias (Pereira, 2012, p. 202).

Dois anos depois do caso de prisão do suíço, o mesmo jornal publicou um especial de sete artigos na semana do dia 11 de julho. Assinados por Pierre Robert e intitulados “Trinta meses em uma prisão de Hitler” (*Trente mois dans un bange Hitlérien*), os escritos estavam em forma de diário e abordaram um episódio envolvendo a captura de um homem pela Gestapo e sua prisão em uma penitenciária da cidade de Berlim.

Nos atentemos primeiramente ao gênero das fontes transcritas: o testemunhal, composto pelo relato daquele que vê ou escuta algo e transmite pela forma oral ou escrita. O testemunho só tem sentido porque julgamos que alguém é capaz de dizer uma verdade,

por isso a confiança na sua capacidade cognitiva em experienciar determinada situação. Independentemente de suas origens, eles não são totalmente críveis ou igualmente acreditados, “dependem da informação prévia dos ouvintes e leitores; dependem da credibilidade da própria testemunha; não à toa existem os rituais de autenticação. Tampouco estes, entretanto, asseguram uma confirmação última” (Kolleritz, 2004, p. 77).

Para Philippe Ariès (1989, p. 49), a literatura de testemunho é reflexo de um fenômeno global sobre uma paixão política que incide sobre a necessidade de narrar as inculpações, as denúncias e as execuções — neste caso, as prisões de Hitler. O testemunho é trazido do passado para o presente, transposto em outro lugar geográfico e procura garantir sua integridade na mais pura forma ao apelar para a confiança do leitor, este escrito pode ser lido como uma forma de denúncia e/ou apelo a quem possa indignar-se, por isso há um jogo de palavras que recai sobre a sensibilidade do endereçado.

Estará também escrito na contracapa, nas orelhas da publicação tratar-se de testemunho, isto é, referido a um real experimentado, inconfundível com a ficção, cuja intenção é relatar acontecimentos efetivos. E a palavra real virá sem aspas. Porque importam mais os efeitos práticos da narrativa (como influenciam a ação) do que comentários teóricos (possivelmente historiográficos) sobre a relatividade do real e as ambigüidades do verdadeiro (Kolleritz, 2004, p. 85).

A testemunha não só relata o passado, mas faz política ao escolher o que ou não relatar. Conforme Beatriz Sarlo (2007, p. 54), “o discurso da memória, transformado em testemunho, tem a ambição da autodefesa; quer persuadir o interlocutor presente e assegurar-se uma posição no futuro; justamente por isso também é atribuído a ele um efeito reparador da subjetividade”. Dessa forma, o testemunho público de Robert não apenas documenta sua experiência em prisões, mas engaja o leitor sobre uma reflexão crítica do passado.⁵

O primeiro artigo publicado no jornal foi dividido em duas partes, tratou-se de uma apresentação sobre Robert escrito por Maurice Harmel, este apontado como um dos primeiros redatores do jornal⁶. Harmel escreveu:

E aqui está Pierre Robert novamente! É uma grande alegria para mim, despertar a memória dos nossos antigos leitores e apresentá-la aos novos. Afirmando, além disso, que tenho algum direito de fazê-lo. Ainda posso vê-lo em sua primeira aparição no *Le Peuple*. Um homem muito jovem [...] o rosto risonho encimado por uma soberba cabeleira loura. [...] Bem, ele me disse abruptamente: – Eu gostaria de ser o enviado especial do “*Le Peuple*” na Alemanha. [...] Cada silêncio um tanto prolongado era um alarme para nós. Um deles durou mais do que o normal. Investigações cuidadosas nos deram a infeliz notícia: Robert havia caído nas garras da Gestapo. [...] As prisões de Hitler não

mudaram Pierre Robert, nem fisicamente nem em sua mente. Ainda é o mesmo grande diabo entusiasmado. E você julgará que nosso amigo não esqueceu como escrever nas prisões da Gestapo (*Le Peuple*, 1936, p. 01, tradução nossa).

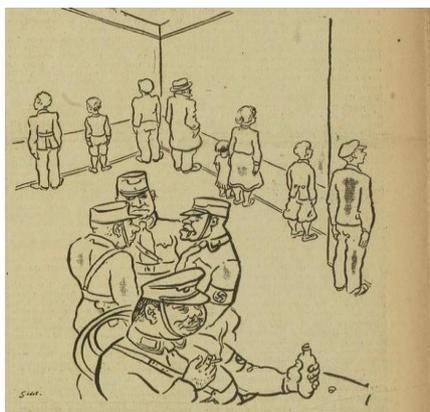
Após a apresentação por parte de Harmel, Pierre Robert deu início ao relato de sua prisão pelos homens da Gestapo. A narrativa, em primeira pessoa, se inicia com ele indo à casa de um amigo.

[...] é tão bom andar no ar fresco de novembro... Chego na casa dos meus amigos: uma família operária. Estamos esperando o filho e dois de seus amigos. Algumas perguntas sobre uma xícara de café. Então o pai me conta sobre sua máquina de tricô que agora funciona, suas camisas e seus suéteres que ele está tentando vender. Um toque repentino da campainha! Uma voz alta: Polícia! Não estou convencido. Pode ser que meus camaradas estejam fazendo uma piada. Rapidamente percebo o óbvio: o rosto de uma criança está assustado e, de repente, a sala é invadida por agentes à paisana da SS e um líder de pelotão de tropas de assalto. Um soco acerta meu rosto (*Le Peuple*, 1936, p. 02, tradução nossa).

O artigo de jornal prossegue com detalhes sobre a violência dos agentes alemães dentro da residência, como o revirar dos móveis, a captura dos impressos, o roubo de dinheiro encontrado nos casacos revistados, os constantes empurrões e as ameaças com os revólveres. Todos, inclusive a criança, possivelmente filha de um dos homens, foram encaminhados para o prédio da Gestapo onde permaneceram presos em uma sala. Em dado momento, foram colocados à frente de uma parede: “Devemos permanecer de pé, o nariz contra a parede. Eles me chamam e me empurram para outro quarto. Estou cercado por agentes à paisana, que me insultam e me empurram” (*Le Peuple*, 1936, p. 02, tradução nossa).

O momento foi retratado por uma ilustração inserida no centro do artigo, na qual os detidos no prédio da Gestapo estão virados para a parede na presença de quatro agentes da *Schutzstaffel*. Robert comenta que tentaram interrogá-lo sobre o destino dos folhetos, mas não obtiveram qualquer resposta. Assim, levaram-no para o porão onde permaneceu por um dia.

Figura 1 – Ilustração: Detidos na Gestapo



Fonte: *Le Peuple* (11 jul. 1936). Biblioteca Nacional da França, Gallica (BnF).

No decorrer do segundo artigo, publicado pelo jornal na manhã seguinte, Pierre Robert se ateu às formas de tortura empregadas pelos agentes contra os acusados de atividades ilegais na Alemanha.

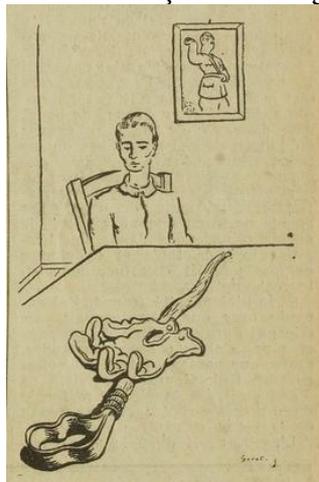
O chicote quase sempre desempenha um papel importante nos interrogatórios. O camarada é atingido, geralmente segurado por três ou quatro rebatedores. Ele muitas vezes perde a consciência; é então aspergido com um balde de água fria; ele recupera seus sentidos e tudo recomeça. [...] Para aqueles que são durões — aqueles que permanecem firmes — a Gestapo ainda tem outros métodos. Ela tem, em Berlim, uma prisão especial onde os camaradas podem ficar uma, duas, três semanas, um mês ou mais. É a Columbia. Esta prisão goza de uma reputação sinistra entre os trabalhadores de Berlim. Muitos não podem pensar nisso sem sentir uma sensação de pavor. [...] Durante os meus interrogatórios na Gestapo, não sofri nenhum abuso físico. Eu não era alemão. Beneficiei-me de uma abordagem enérgica feita pela minha legação em Berlim algumas semanas antes da minha prisão. Um camarada estrangeiro já havia sido preso por transportar literatura ilegal e esteve em péssimas condições. Houve reclamação dos pais deste último e diligências da legação. Por isso não senti o chicote, por isso não fui para a Columbia (*Le Peuple*, 1936, p. 01-02, tradução nossa).

A descrição dos métodos que oscilavam entre o “tratamento amigável” e a tortura extrema revela uma abordagem calculada, em que a destruição moral do indivíduo era tão importante quanto a física. A prisão de Columbia, uma instalação militar localizada no Campo Tempelhof, em Berlim, também conhecida como “Campo de Concentração de Columbia”, era utilizada pela Gestapo como um local de detenção temporária. Lá, permaneciam aqueles que estavam sob investigação judicial, mas que ainda não haviam recebido sentenças definitivas (Schilde, 1987). Os prisioneiros de Columbia eram compostos por detentos políticos, sendo a maioria ligada ao Partido Comunista Alemão (KPD), o Partido Socialista dos Trabalhadores (SAP) ou o Partido Social-Democrata (SPD). A literatura sobre a prisão aponta para uma série de casos de tortura que ocorriam dentro da instituição, como foi o caso do comunista Erich Thornseifer que, em 1933, foi torturado com um chicote até a sua morte (Wünschmann, 2016).

Robert, por ser estrangeiro e protegido por intervenções exteriores, escapa da tortura, enquanto os alemães enfrentavam abusos sistemáticos. Há, portanto, um aspecto estratégico na repressão nazista: a violência era arbitrária, mas seletiva, dependendo de fatores políticos e diplomáticos. Robert comentou que muitos morriam na prisão e o tormento era constante com as sessões de tiros fictícios. Durante sua estada na Gestapo, mencionou o caso de um outro homem sob suspeita de impressão ilegal de panfletos: ele e a esposa foram presos e permaneceram dias sob tortura até o momento em que homens da SS informaram a execução dele em um dos pátios do complexo. No pátio, com todos os agentes em seus postos, o homem foi avisado que sua esposa estava acompanhando a sua execução por uma das janelas do prédio. A todo o momento, os oficiais pediam que ele confessasse o destino e a organização que estava por trás das impressões. Quando não obtiveram respostas, atiraram festim.

A tortura psicológica e os abusos físicos eram piores aos “camaradas judeus”, como comentou no artigo. Robert mencionou que estes eram acordados no meio da noite para permanecerem em posição de sentido, depois deveriam ingerir a própria urina e fazer polichinelos até a exaustão. No caso de Robert, durante seu interrogatório, ele permaneceu sozinho em uma sala sentado perto de uma mesa na qual foi colocada uma luva de couro e um cassetete. Enquanto permaneceu sozinho, ouviu espancamentos em outras salas: “Os agentes não fizeram nenhuma alusão, tive que entender no meu tête-à-tête com a mesa e sua carga a que meu silêncio poderia levar” (*Le Peuple*, 1936, p. 01-02, tradução nossa).

Figura 2 – Ilustração: Interrogatório



Fonte: *Le Peuple* (12 jul. 1936). Biblioteca Nacional da França, Gallica (BnF).

Robert não foi encaminhado à prisão de Columbia, mas foi mandado para a prisão preventiva de Moabit: “De fato, lá é possível ter uma vida relativamente tranquila; é permitido ler jornais, fumar e escrever” (*Le Peuple*, 1936, p. 01, tradução nossa). Ainda que Moabit representasse uma estadia mais calma para se permanecer, o homem comentou sobre uma constante monotonia e solidão refletidas sobre sua liberdade interior.⁷

A serena convicção, por exemplo, de que ainda podia dispor da minha vida, de que tinha a possibilidade, se necessário, de recorrer ao suicídio, quase sempre me foi preciosa. Essa liberdade, eles não poderiam tirar de nós. Pegar a roupa suja, amarrar um nó corrediço, passar o pescoço por ele, passar por cima da balastrada do corredor e entrar no vazio da jaula para subir as escadas, tudo isso dependia apenas de mim; eu ainda era o mestre da minha vida. (*Le Peuple*, 1936, p. 01, tradução nossa).

O trecho sugere uma estratégia de resistência psicológica ao terror da Gestapo, onde o controle sobre a própria vida — representado pela possibilidade de suicídio — se torna um último refúgio de liberdade. Em um ambiente de desumanização total, a consciência de que ainda havia uma escolha, mesmo que essa fosse a morte, funcionava como um poderoso mecanismo de defesa. Ao afirmar que essa “liberdade” não poderia ser tirada pelos seus captores, o narrador inverte a lógica da opressão: em vez de ser um prisioneiro completamente subjugado, ele mantém uma parcela de controle sobre o próprio destino.

Nos poucos encontros com outros presos foi organizado um esquema de comunicação baseado em um sistema de “telegrafia” com batidas rápidas contra a parede do vizinho de cela. Isso possibilitou a troca de informes, como no caso de junho de 1934:

[...] o barulho monótono me deu a notícia; aos poucos fui decifrando: “A liderança das tropas de assalto foi fuzilada; Pelotões de policiais de capacete circulam pelas ruas de Berlim, fuzis pendurados nos ombros”. Notícias que perturbam a monotonia da cela; trouxe uma esperança bem fundamentada para as perspectivas políticas da Alemanha. (*Le Peuple*, 1936, p. 01, tradução nossa).

Ao presumirem que as camadas internas do sistema nazista estavam em desacordo, os resistentes se sentiam “esperançosos” com o desenrolar político. Este excerto faz referência à Noite dos Longos Punhais, um expurgo que ocorreu na Alemanha nazista entre o dia 30 de junho e 01 de julho de 1934 (Bessel, 1984). Naquele momento, a intenção de Adolf Hitler era de apreender todas as estruturas políticas alemãs e para isso era necessário o controle do *Sturmabteilung* (SA), uma organização paramilitar que tomava para si a sucessão natural das forças armadas da República de Weimar. A autonomia experimentada pelos integrantes da SA, inquietava o *Reichswehr* (exército

oficial alemão) e todo o NSDAP, pois estes priorizavam o comando e a fidelidade de Ernst Röhm — então líder da SA — a de Hitler. Sob suspeita de um golpe a mando de Röhm, Hitler ordenou a captura e a execução dos principais nomes envolvidos com a SA. Após o conflito, a divisão de assalto foi incorporada como uma repartição da *Schutzstaffel* (Evans, 2017).

Um outro momento descrito pelo jornalista foi quando ele teve contato com uma mulher da ala feminina por meio da janela de sua cela. Robert escreveu:

Uma tarde de junho. Eu me ergui na minha jarra e olhei pela minha janela de tela. Há um céu iluminado pelo sol poente tão calorosamente que me lembra os céus do sul da França. À minha frente, há outra prisão, a de mulheres. De repente, noto uma janela ali, uma cabeça mal desenhada e uma mão acenando para mim. Esta mão quer me comunicar algo: há método nos sinais. Depois de uma hora, decifrei a mensagem e entendi que era um camarada, e a mensagem dela era: — Sou a esposa do camarada tal, morto por “tentar fugir”; eles me bateram até eu sangrar; meus rins estão doentes por causa dos espancamentos recebidos; eles não sabem nada sobre mim (*Le Peuple*, 1936, p. 01, tradução nossa).

Figura 3 – Ilustração: O contato com a prisão das mulheres



Fonte: *Le Peuple* (13 jul. 1936). Biblioteca Nacional da França, Gallica (BnF).

O contato clandestino estabelecido entre o jornalista e a prisioneira da ala feminina, mediado por gestos e sinais, assinala a resiliência que se manifesta em contextos de repressão extrema. No texto, a mensagem transmitida pela prisioneira, que expõe os espancamentos e sua deterioração física, é utilizada para reiterar a brutalidade institucional a que os detentos estão submetidos. A medida tomada pela Gestapo era a prisão preventiva do suspeito, providência que poderia levar entre seis e dez meses para o aguardo do julgamento de cada caso. O Tribunal do Povo impedia a apresentação do acusado perante um juiz, uma vez que os relatórios de acusação eram elaborados pelos

próprios agentes da Gestapo (Wachsmann, 2015). A defesa, nesse contexto, era constituída por um advogado nomeado pelo tribunal, visto que era raro um advogado escolhido pelo réu aceitar atuar em um caso dessa natureza.

Depois de receber sua acusação, o acusado aguarda seu advogado oficial todos os dias [...] essa espera muitas vezes será em vão. Eu vi camaradas que, durante semanas inteiras, esperaram hora e hora pela visita deste defensor, irritando-se e desesperando-se com esta espera exaustiva. O preso pode se considerar com sorte se receber uma visita dois dias antes da audiência e a visita será curta de cinco a dez minutos no máximo. O advogado geralmente usa a insígnia do Partido Nacional Socialista. Pode-se facilmente imaginar a reação do camarada diante desse emblema: ele não verá à sua frente um advogado que possa ser seu apoio, mas um inimigo. Ele não confiará nele, muitas vezes o considerará, com razão, como um possível delator (*Le Peuple*, 1936, p. 01-02, tradução nossa).

A condenação à morte foi um outro ponto mencionado pelo autor já que se tornou comum penas com mais de dez, quinze ou vinte anos de prisão, além dos casos recorrentes de execução. Ainda que tal condenação pudesse ser revogada com mais anos de prisão, os acusados passariam décadas aprisionados pela tentativa de reconstituição das organizações operárias. Em Berlim, condenados à morte foram novamente inseridos em uma prisão preventiva por cerca de 130 dias (Holtmann, 2010). Na véspera do dia marcado para execução, o condenado ouvia os preparativos de construção de seu patíbulo para decapitação, que, claro, contribuía para o terror psicológico.

Após ser condenado a quase três anos de prisão, Robert foi transferido para sua penitenciária definitiva. A prisão de Luckau abrigava aproximadamente mil detentos, dos quais oitocentos eram presos políticos. A fome era uma constante, e a única forma de distração disponível era uma biblioteca com apenas dois livros, que eram distribuídos semanalmente para todos os prisioneiros. Oito meses antes de concluir sua pena, Robert foi transferido para a prisão de Brandemburgo, onde as condições de higiene eram ligeiramente melhores. Contudo, o trabalho forçado no complexo prisional era extenuante, e Robert recebeu apenas 2 marcos por oito meses de serviço.

Figura 4 – Ilustração: Transferência para Luckau



Fonte: *Le Peuple* (14 jul. 1936). Biblioteca Nacional da França, Gallica (BnF).

Em relatos publicados, como estes elencados, é comum uma introdução que fornece uma garantia emprestada por outra pessoa, ou seja, por meio de uma apresentação de alguém notório se cria uma confiabilidade sobre o texto que virá. Neste caso, Maurice Harmel, conhecido redator do jornal, garante que Robert fornecerá um relato completo e bem escrito sobre as prisões alemãs, o que fomenta o interesse e a curiosidade do leitor. A posição do escritor/ator/personagem, que se confunde em relatos escritos, é um outro aspecto importante como forma de persuasão, pois apresenta sua proximidade ao ocorrido e o autoriza a escrever sobre si, feito este na primeira pessoa do singular. Assim, o uso de expressões como “um soco acerta meu rosto”, “ainda podia dispor da minha vida” e “meus camaradas me pediram” regula e atualiza o vivido por Robert, uma vez que os testemunhos se apresentam como mergulhos no real.

A escrita é fortemente detalhista e pormenorizada, tudo é narrado de forma a apresentar o maior número de características possíveis de cada cenário: o clima, o trajeto para casa do amigo, o racionamento de alimentos, a insônia, os sons, a solidão, as horas de trabalho, as relações com outros prisioneiros, os mortos ou ainda os instrumentos de tortura. Aliás, testemunhos como estes tendem a uma exatidão aritmética ao expor a quantidade de policiais, o tamanho de celas, o número de presos, os dias antes e depois dos interrogatórios ou o número de livros. Nenhuma das informações estão desnecessariamente dispostas nos artigos, essa minúcia de escrita é uma forma de transportar o desespero através da exatidão de informações. Essas descrições objetivam asseverar a presença e certificar a autenticidade, pois são os detalhes que produzirão a noção de que o testemunho lido é verdadeiro.

Ginzburg (2015) menciona que a escrita do testemunho está frequentemente associada a contextos de violência histórica, como abusos de Estado e práticas de tortura.

A presença da violência na narrativa testemunhal não apenas reflete as experiências pessoais de dor e sofrimento, mas também oferece uma nova perspectiva sobre eventos traumáticos. Os diferentes registros textuais e iconográficos, como o encontro de Robert à distância com uma mulher da ala feminina — no qual ele entendeu, por meio de gestos e sinais, as descrições da violência que ela sofria —, juntamente com as representações dos prisioneiros em suas celas e dos agentes da Gestapo nas imagens, buscam aproximar o leitor e suscitar empatia diante das múltiplas formas de crueldade presentes nas prisões.

Aliás, a construção desses diferentes cenários leva aquele que lê para, talvez, o mais importante dos artigos: o último. Na publicação de 17 de julho, após dias de exposição sobre a situação das prisões alemãs e os maus-tratos sofridos durante o período, Robert convoca os leitores a se prepararem para um método de ação que atingisse o partido em momentos de “vacilo”, dada a existência de diferentes facções em disputa, como no caso Röhm. Simultaneamente, o jornalista aproveita para destacar a importância do trabalho clandestino, especialmente no que concerne à distribuição de literatura subversiva.

Felizmente, no terreno sindical, conseguimos nos dar bem e que muitos estão trabalhando para construir executivos ilegais. [...] Apesar dessa falta de entendimento político, o trabalho ilegal continua em grande escala. Naturalmente, o movimento foi dizimado pela terrível repressão, especialmente o Partido Comunista que em 1933 e 1934 se expôs um pouco demais. [...] Apesar disso, um trabalho importante ainda está sendo feito; ainda há divulgação de literatura clandestina; podemos até dizer que para essa difusão existem possibilidades ilimitadas. (*Le Peuple*, 1936, p. 02, tradução nossa).

Em vias de finalizar seu artigo, Robert escreveu em tom de prenúncio: “[...] o perigo de uma guerra iniciada pelo fascismo alemão é tão grande!” (*Le Peuple*, 1936, p. 02, tradução nossa). Três anos após a publicação, a guerra de fato se iniciaria.

Suíça, 1942

A compreensão sobre a definição de resistência pode ser enriquecida ao considerarmos as diversas táticas empregadas durante a Segunda Guerra Mundial, tanto em níveis individuais quanto coletivos. Estas estratégias abarcam desde a sabotagem de equipamentos de guerra por parte dos trabalhadores até a organização de grupos de discussão e ação política; incluem-se, por exemplo, as estratégias adotadas por indivíduos em campos de concentração, assim como o fornecimento de abrigos para judeus e outras minorias perseguidas.⁸

O termo “resistência” começou a ser utilizado para descrever a oposição ao regime nazista na França a partir de 1951. Posteriormente, seu significado foi ampliado para englobar qualquer forma de oposição ao nazismo, incluindo rejeição e limitação, e seu uso se estendeu para descrever lutas semelhantes em diversos contextos históricos e geográficos, como na Iugoslávia, em nações africanas e asiáticas, e contra ditaduras latino-americanas (Rollemberg, 2015). Martin Broszat (2014) classifica como “resistência” todas as formas de não conformidade ao regime nazista ou a qualquer um de seus objetivos. Por outro lado, o historiador Ian Kershaw (2002) prefere utilizar o termo “dissensão” para se referir a atitudes geralmente espontâneas e não relacionadas a ações planejadas que criticavam ou se opunham ao nazismo, mas que não tinham a intenção de efetuar uma oposição organizada ao governo.

Independentemente da terminologia empregada para descrever atitudes de oposição ao nazismo, a compreensão do conceito de “resistência” transcendeu as barreiras temporais — aplicando-se a casos anteriores e posteriores a 1945 — e espaciais, incluindo situações não europeias. Portanto, sua conceptualização evoluiu ao longo do tempo e incorporou novas táticas como sabotagem, atuações políticas em campos de concentração, apoio a perseguidos e ações menos “espetaculares”, como um emblemático caso que envolveu a circulação de materiais impressos em um lago fronteiriço entre a Suíça e a França.

Dez anos depois das prisões berlinenses, em 12 de fevereiro de 1942, por volta das 09:45h, um policial de fronteira do posto de Rolle inspecionou o barco do pescador Jean Charles Pittet. Nascido em 1900, em Seigneux (Vaud-Suíça), ele era casado com Jeanne Ennig, pai de três filhos, residia na comuna de Allaman desde 1927 e trabalhava no conhecido Lago Léman — um lago entre a região francesa de Chablais Savoiardo e os cantões suíços de Valais, Vaud e Genebra. Naquela manhã, Pittet se preparava para zarpar com o intuito de entregar alguns pacotes para o lado francês, mas foi abordado pelo guarda que encontrou algumas encomendas em sua embarcação. Quando as abriu, o policial descobriu quatro embalagens com cerca de 80 gramas de tabaco e pacotes amarelos com vários jornais e recortes de revistas endereçadas à região de Saboia. Após mais uma investigação dentro do barco, o guarda encontrou cerca de 50 moedas de ouro sem registros.⁹ Pittet então foi detido e enviado para a prisão do distrito de Aubonne sob acusação de tráfico de ouro e contrabando de material proibido na França de Vichy.¹⁰

Conforme inventário dos sete pacotes entregues à Gendarmaria do Exército Suíço, havia recortes do “*Neue Zürcher Zeitung*”, do “*Curieux*”, do “*Volksrecht*”, do “*Journal de Genève*”, do “*Tribune de Genève*”, do “*Die Nation*”, do “*Die Weltwoche*”, da “*Gazette*

de Lausanne”, do “Der Aufbau”, do “National Zeitung”, do jornal “Le Pays”, de “Porrentruy” e do “Basler Nachrichten”, além de várias cópias do “Socialist Commentary”, como também boletins norte-americanos e ingleses.¹¹ Vários destes artigos, assim como os boletins, estavam anotados para serem reproduzidos. Além disso, os envelopes ainda continham várias cartas destinadas a pessoas que viviam na França: Eva, Yvette, Alphonse, Guivet e Arthur, sem qualquer referência de sobrenome.

Em audiência, Jean Pittet se apresentou como um pescador autônomo e humilde que com muita dificuldade tentava criar os seus filhos. Comentou que no final de setembro de 1942, um homem chamado Sr. Lugrin, um conhecido oriundo de Thonon-les-Bains, informou que o pescador receberia uma visita em casa de um tal de Pierre Robert. Pittet contou que de fato Robert apareceu em sua residência no mês de dezembro, pedindo que o pescador levasse um amontoado de papéis para além da fronteira. O pescador comentou que a intenção de Robert era evitar a censura francesa, por isso optou pelo transporte via Lago Léman. Pittet contou que aceitou a oferta de levar os pacotes de documentos para o outro lado da fronteira, pois Robert havia oferecido 50 francos suíços por viagem — o que para o pescador foi um bom negócio, já que ele teria de fazer cerca de cinco travessias por conta do tamanho de seu barco e pela quantidade de material que Robert havia entregado. Jean Pittet também mencionou que o homem garantiu que ele não estava levando nada ilegal e que tudo se tratava de recortes de jornais e revistas endereçadas para alguns amigos franceses.

Os envelopes sempre me foram entregues lacrados. Lugrin nunca me disse a quem entregou os envelopes trazidos por mim. Não sei onde Pierre Robert mora e o que ele faz. Não pertencço a nenhum partido político, mas sou socialista, mas não extremista. Pierre Robert me disse que se eu tivesse algo para ele, poderia escrever para a família Baumer, de Rosenweg em Thun, mas nunca o fiz (*Procès-verbal d'audition*, 1943, [s/p]).

Dias antes da audiência do pescador, policiais haviam ficado de tocaia para prender Pierre Robert, uma vez que Pittet havia frisado no dia da prisão que não conhecia aquele homem e nem sabia seu endereço, mas havia comentado que ele retornaria à sua casa em alguns dias para entregar novos pacotes. No dia marcado, o cabo Sordet realizou vigilância em torno da casa de Pittet e às 10:55h capturou o dono dos impressos que na realidade, após o levantamento documental, descobriu-se chamar René Henri Bertholet, um jornalista nascido em 1907, natural de Genebra, domiciliado em Zurique e casado com a alemã Hannah Grust. Bertholet não negou que entregou os envelopes ao Pittet para envio à França e acabou sendo preso no mesmo local, junto com novos materiais e milhares de francos suíços em espécie.

Alphonse, Artur, Eva e Yvette, alguns dos destinatários que estavam nas cartas do jornalista, também atuaram no referido jornal e participaram de círculos de resistência à França ocupada, tendo estes mantido contato com organizações em Londres que planejavam ataques a instituições nazistas no país (*Procès-verbal d'audition*, 1943, [s/p]). Bertholet demonstrou no depoimento um interesse sobre a educação de trabalhadores, por isso manteve contato com Paul Dominique Vignaux, então secretário do Instituto de Educação Operária dos Sindicalistas e então professor do Departamento de Filosofia da Universidade de Toulouse. Em uma correspondência para o jornalista, Vignaux comentou sobre sua transferência para uma universidade católica nos Estados Unidos e solicitou ao Bertholet o envio de qualquer material sobre o movimento sindical francês. Assim, Bertholet lhe enviou uma série de relatórios que tratavam de diferentes movimentos de resistência franceses, todos recolhidos durante viagens do jornalista pelo sul da França.

McDonough (2001) examinou diversas formas de oposição e resistência ao regime nazista, incluindo as atividades de social-democratas, comunistas, movimentos juvenis e o papel das igrejas cristãs. Entre as principais ações de resistência dessas organizações, a distribuição de literatura antinazista ocupou um lugar central. René Bertholet estava associado a um desses movimentos, uma vez que, conforme mencionado durante seu julgamento em Berlim, era membro da Liga Internacional de Luta Socialista (*Internationaler Sozialistischer Kampfbund – ISK*) (Rüther, 1998). Dentro da liga, Bertholet utilizou os pseudônimos Georg Binder e Pierre Robert, sendo este último o nome pelo qual se apresentou ao jornal “Le Peuple” e ao pescador no Lago Léman.¹²

Sob a liderança de Willi Eichler, a ISK intensificou suas atividades de resistência, tornando-se uma organização altamente conspiratória, com cerca de três quartos de seus membros envolvidos em ações ilegais. Para proteger sua identidade, a ISK produziu documentos falsos, empregou pseudônimos e criou palavras-código. Além disso, o grupo alugou apartamentos para reuniões secretas e encenou audiências simuladas para treinar seus membros em possíveis interrogatórios (Lindner, 2006). Foram definidos quatro objetivos centrais para a organização: (1) obtenção e transmissão de informações, tanto oralmente quanto por meio de documentos impressos; (2) elaboração de propaganda para encorajar a oposição ao regime nazista; (3) perturbação das atividades nazistas; e (4) autoproteção do grupo e de seus membros. Esses objetivos visavam minar o regime nazista, fortalecer a resistência e garantir a segurança dos membros da liga.

Conforme Lindner (2006), a primeira ação política da ISK dentro da Alemanha ocorreu no outono de 1933, período em que Bertholet foi preso em Berlim. Nessa época, a ISK distribuiu panfletos ilegais que incentivaram a reconstrução do movimento sindical

ou que traziam dez regras para o trabalho clandestino e dicas para o desenvolvimento do trabalho socialista nas fábricas alemãs. Além das atividades internas, a ISK organizou conferências e produziu documentos no exílio, que eram contrabandeados para a Alemanha, com diretrizes para o trabalho de resistência.

Embora Bertholet tenha conseguido retornar à Suíça após a invasão alemã na França, muitos de seus amigos e colegas sindicalistas permaneceram no país, como Vignaux, e solicitavam ao jornalista o envio de notícias e recortes de jornais suíços que pudessem interessar aos diversos movimentos opostos à política francesa da época. Em um dos interrogatórios pelo qual passou, Bertholet confirmou que em suas viagens carregava uma grande quantidade de recortes de jornais, mas que não sabia exatamente o uso destes impressos, julgava que seriam usados somente para a escrita de alguns artigos por órgãos de resistência clandestinos. No final de 1942, procurou Jean Pittet por meio da recomendação de um amigo, Lugrin, com o intuito de entregar os jornais a um colega em Saboia que poderia redistribuir os jornais.¹³

Interrogador – Você já participou na organização de atos de violência na França?

René – Não, aliás, desaprovo-os.

I. – Você atuou como intermediário entre as pessoas envolvidas em esquemas de sabotagens?

R. – Não.

I. – Você se envolveu em um serviço de inteligência para o benefício de uma potência estrangeira ou uma organização ou partido estrangeiro?

R. – Não.

I. – Por que você deu a Pittet o endereço da família Baumer, Rosenweg, n. 8, em Thun?

R. – Pittet conhecia-me pelo nome de Pierre Robert e não considerei necessário dar-lhe o meu nome e morada. Disse-lhe que se por acaso ele tivesse algo urgente para me dizer que poderia se dirigir aos meus amigos, o Sr. Baumer, em Thun. Esse endereço nunca foi usado por Pittet (*Procès-verbal d'audition*, 1943, [s/p]).

Bertholet foi tratado como uma ameaça à neutralidade suíça por seu envolvimento internacional nos movimentos de resistência.¹⁴ No dia 29 de março de 1943, por decisão do Ministério Público da Confederação, a investigação foi suspensa conforme os artigos 106 e 107 da lei federal de 15 de junho de 1934, já que não havia uma tipificação penal sobre a transmissão não autorizada de impressos (nacionais e estrangeiros) para fora do território suíço.¹⁵

Considerações finais

As estratégias empreendidas por Bertholet e seus colegas contra o regime nazista epitomam um episódio de resistência ativa ao nazismo, por meio de ações clandestinas, como a distribuição de literatura antinazista, a escrita de artigos jornalísticos e o fomento de redes políticas opositoras, como a ISK, uma organização da qual o jornalista esteve envolvido.

Nos casos apresentados, as estratégias incluíram a produção e a definição de rotas para a distribuição de materiais impressos contrários ao regime. Assim, as formas de envio e despacho desses impressos foram diversas, mas exigiram atenção redobrada dos envolvidos em sua transmissão e circulação, especialmente quando o destino pretendido era a Alemanha de 1934 ou a França de 1942. Neste último caso, utilizar um pescador conhecido pelos habitantes locais, que atravessava as fronteiras suíço-francesas sem levantar suspeitas, pode ter sido a forma mais oportuna considerada pelo jornalista. Afinal, quem desconfiaria de Pittet? No entanto, Bertholet não previu que, assim como nas fronteiras terrestres, a vigilância sobre as fronteiras lacustres também se intensificaria com o aumento da fiscalização na França ocupada.

Essas diferentes manifestações de resistência evidenciaram a pluralidade de esforços realizados pelos opositores, uma vez que a investigação das interações entre França, Alemanha e Suíça denotaram a formação de redes de solidariedade que transcenderam fronteiras nacionais e permitiram que jornalistas e ativistas colaborassem em um esforço conjunto para desafiar a narrativa oficial imposta pela influência nazista na Europa. Nesse sentido, as trocas de informações, manifestas em materiais impressos — incluindo a produção de artigos para o periódico *Le Peuple*, panfletos alemães e outros jornais — foram cruciais para o fortalecimento das redes nas quais os jornalistas estiveram inseridos.

Arquivos consultados

Arquivo Federal Suíço – Berna, Suíça (SFA)

Biblioteca Nacional da França – (Gallica), França (BnF)

Referências

ARIÈS, Philippe. *O tempo da História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

BESSEL, Richard. *Political violence and the rise of nazism: the stormtroopers in eastern Germany, 1925-1934*. New Haven: Yale University Press, 1984.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa*. São Paulo: Boitempo, 1999.

- BROSZAT, Martin. *The Hitler State*. London: Routledge, 2014.
- DER RUPUBLIKANER – Mülhauser Volkszeitung. Estrasburgo: n. 210, 33. Jahrgang, 12 set. 1934.
- DEUTSCHLAND. *Deutsches Reichsgesetzblatt*, Teil I, 1867-1945.Nr. 81. Seite 463–469. Berlin, 14 jul. 1933. Disponível em: https://alex.onb.ac.at/gesetze_drab_fs.htm. Acesso em: 02 mar. 2022.
- DEUTSCHLAND. *Deutsches Reichsgesetzblatt*, Teil I, 1867-1945.Nr. 112. Seite 721–727. Berlin, 13 out. 1933. Disponível em: https://alex.onb.ac.at/gesetze_drab_fs.htm. Acesso em: 02 mar. 2022.
- DINICHERT, Paul. Carta Diplomática. 12 set. 1934, Berlim [para] Gabinete do Procurador Federal Suíço, Berna. 6f.
- EVANS, Richard. *O Terceiro Reich no poder*. São Paulo: Editora Crítica, 2017.
- GINZBURG, J. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. *Revista Conexão Letras*, v. 3, n. 3, p. 1-6, 2015. DOI: 10.22456/2594-8962.55604. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/55604>. Acesso em: 15 set. 2024.
- HOLTMANN, Karen. Die Hochverratsprozesse vor dem Volksgerichtshof. In: HOLTSMANN, Karen. *Die Saefkow-Jacob-Bästlein-Gruppe vor dem Volksgerichtshof*. Brill Schöningh: Brill. 2010, p. 97-233.
- HUDEMANN, Rainer. A Rosa Branca no contexto da resistência alemã durante o ‘Terceiro Reich’. In: SCHOLL, Inge. *A Rosa Branca: a história dos estudantes alemães que desafiaram o nazismo*. São Paulo: Editora 34, 2014, p. 239-258.
- KOLLERITZ, Fernando. Testemunho, juízo político e história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 73-100, 2004.
- LE PEUPLE: Quotidien du Syndicalisme. Paris: n°5651, 11 jul. 1936.
- LE PEUPLE: Quotidien du Syndicalisme. Paris: n°5652, 12 jul. 1936.
- LE PEUPLE: Quotidien du Syndicalisme. Paris: n°5653, 13 jul. 1936.
- LE PEUPLE: Quotidien du Syndicalisme. Paris: n°5654, 14 jul. 1936.
- LE PEUPLE: Quotidien du Syndicalisme. Paris: n°5657, 17 jul. 1936.
- LINDNER, Heiner. *"Um etwas zu erreichen, muss man sich etwas vornehmen, von dem man glaubt, dass es unmöglich sei"*: Der Internationale Sozialistische Kampf-Bund (ISK) und seine Publikationen. Bonn: Friedrich Ebert Stiftung, 2006.
- KERSHAW, Ian. *Popular opinion and political dissent in the Third Reich*, Bavaria 1933-1945. Oxford: Oxford University Press, 2002.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL — SERVIÇO DE POLÍCIA, SUÍÇA (Ministère Public Fédéral — Service de Police, Suisse). Relatório do Inspetor Knecht (*Rapport de l'inspecteur Knecht*). Berna, 15 mar.1943.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL — SERVIÇO DE POLÍCIA, SUÍÇA (Ministère Public Fédéral — Service de Police, Suisse). Autos de audição de Jean Charles Pittet (*Procès-verbal d'audition de Jean Charles Pittet*). Prisão de Aubonne, Aubonne, 18.fev. 1943.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL — SERVIÇO DE POLÍCIA, SUÍÇA (Ministère Public Fédéral — Service de Police, Suisse). Autos de audição de René Henri Bertholet (*Procès-verbal d'audition de René Henri Bertholet*).Prisão de Aubonne, Aubonne, 23 fev. 1943.

MCDONOUGH, Frank. *Opposition And Resistance in Nazi Germany* (p. 5). Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MORIAUD, Alexandre. [*Correspondência*]. 28 jun. 1943, Genebra [para] Procurador Geral da Confederação, Berna, 2f.

PEREIRA, Joana Dias. O Sindicalismo Revolucionário e a crise do liberalismo: os casos de estudo português e brasileiro. *Historiæ*, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 197–228, 2012.

POGGIOLI, Morgan. Entre massification et innovations: La communication de la CGT durant le Front populaire. Propagande, information, communication. Cent ans d'expériences de la CGT. *Institut d'Histoire Sociale de la CGT*, Montreuil, v. 1, p. 1-12, 2009.

PRESTES, Anita Leocádia. *Olga Benario Prestes: uma comunista nos arquivos da Gestapo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

ROLLEMBERG, Denise. Definir o conceito de Resistência: dilemas, reflexões, possibilidades. In: QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise (Org.). *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2015, v. 1, p. 77-95.

ROUSSO, Henry. *The Vichy Syndrome: History and Memory in France Since 1944*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

RÜTHER, Martin et al. (Ed.). *Deutschland im ersten Nachkriegsjahr: Berichte von Mitgliedern des Internationalen Sozialistischen Kampfbundes (ISK) aus dem besetzten Deutschland 1945/46*. München: Saur Verlag, 1998.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHILDE, Kurt. *Vom Columbia-Haus zum Schulenburgring: Dokumentation mit Lebensgeschichten von Opfern des Widerstandes und der Verfolgung von 1933 bis 1945 aus dem Bezirk Tempelhof*. Berlin: Hentrich, 1987.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia clínica*, v. 20, p. 65-82, 2008.

VAGTS, Detlev. Switzerland, International Law and World War II. *The American Journal of International Law*, 91(3), p. 466–475, 1997.

WACHSMANN, Nikolaus. *Hitler's Prisons-Legal Terror in Nazi Germany*. New Haven: Yale University Press, 2015.

WAGNER, Walter. *Der Volksgerichtshof im nationalsozialistischen Staat*. Erw. Neuausg, München: Oldenbourg Wissenschaftsverlag, 2011.

WÜNSCHMANN, Kim. *Antes de Auschwitz: os judeus nos campos de concentração antes da Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Edições 70, 2016.

Artigo recebido em 15/10/2024

Aceito para publicação em 02/06/2025

Editor (a) responsável: Sofia Zambelli Menck

¹ Resposta do Consulado Suíço em Berlim sobre a solicitação de informações sobre a prisão de René Bertholet na Alemanha.

² As condenações do tribunal foram: quatro anos de prisão (Siegbert Katz), dois anos e meio (René Bertholet), um ano e meio (Wehrmeister), um ano (o filho de Wehrmeister), um ano e nove meses (amigo do filho de Wehrmeister) e um ano e meio (Peters). In: *Ibid*.

³ Trata-se de um sindicato de empregados fundado ainda no fim do século XIX, em Limoges (Poggioli, 2009).

⁴ Para Alain Bihl (1999), o sindicalismo, como fenômeno global do século XX, se dividiu em dois: o sindicalismo social-democrata e o revolucionário. Os dois se diferiram em relação à autonomia estratégica, organizacional e cultural dos sindicatos.

⁵ Para Seligmann-Silva (2008), o testemunho é permeado por um colapso e uma impossibilidade de plena expressão, o que reflete a luta do indivíduo em articular vivências que muitas vezes desafiam a linguagem e a compreensão convencional. Essa dificuldade é acentuada pela necessidade de conciliar a narrativa pessoal do trauma com a memória coletiva, onde o testemunho se torna um espaço de negociação entre a subjetividade do sobrevivente e as exigências sociais de reconhecimento e validação. O gesto testemunhal emerge como um ato profundamente político e social, que transcende a mera narração de eventos, tornando-se um meio vital para a construção de identidades coletivas e a promoção de uma compreensão mais ampla em relação a catástrofes e traumas.

⁶ Maurice Harmel, pseudônimo de Louis Antoine Thomas, foi um jornalista dedicado ao sindicalismo francês. Morreu no campo de concentração de Buchenwald, em 1944.

⁷ Moabit foi o principal destino de pessoas condenadas por atuarem na resistência ao nazismo. Em 1928, Otto Braun foi mandado para a mesma prisão quando acusado de “alta traição à pátria” (Prestes, 2017).

⁸ Como Hudemann pontua, “é importante destacar que mesmo ações que, do ponto de vista atual, não seriam caracterizadas como resistência eram combatidas como tais pela Gestapo e de maneira sempre mais ampla, numa crescente radicalização da violência.”, cf. Hudemann, 2014, p. 250. Para o debate sobre o conceito de resistência e suas formas a partir da historiografia francesa, cf. Rollemberg, 2015.

⁹ Ministério Público Federal - Serviço de Polícia, Suíça (*Ministère Public Fédéral - Service de Police, Suisse*). *Relatório do Inspetor Knecht (Rapport de l'inspecteur Knecht)*. Arquivo Federal Suíço: Berna, 15 mar.1943.

¹⁰ A França durante a Segunda Guerra Mundial foi dividida em duas partes distintas: a França Ocupada, controlada diretamente pelos nazistas, e a França de Vichy, um regime colaboracionista liderado por Philippe Pétain. Em 1942, ano do caso dos impressos no Lago Léman, houve a invasão da “Zona Livre” pela Alemanha, uma parte da França de Vichy que havia sido inicialmente não ocupada, cf. Rousso, 1991.

¹¹ Os artigos mencionados abordavam temas que se opunham diretamente ao regime nazista.

¹² Sobre o registro de agentes e seus pseudônimos, cf. Rütter, 1998. Ainda que os envolvidos não sejam mencionados nos artigos do jornal “*Le Peuple*”, é possível identificá-los conforme o cruzamento com a documentação diplomática do Consulado Suíço de Berlim, como o encontro com Siegbert Katz no apartamento de Berlim. Todos os artigos anteriormente analisados, assinados por Pierre Robert, eram de autoria de René Bertholet.

¹³ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL — SERVIÇO DE POLÍCIA, SUÍÇA (Ministère Public Fédéral — Service de Police, Suisse). Arquivo Federal Suíço: Autos de audição de Jean Charles Pittet (*Procès-verbal d'audition de Jean Charles Pittet*). Prisão de Aubonne, Aubonne, 18.fev. 1943.

¹⁴ Apesar de a defesa da neutralidade ter sido uma prioridade na política nacional desde o século XIX, no início dos anos 1940, a Suíça constituiu reservas monetárias de ouro provenientes dos bancos centrais de países sob controle nazista. Sobre o posicionamento internacional da Suíça durante a Segunda Guerra, cf. Vagts, 1997.

¹⁵ Em relação à quantia em ouro encontrada em seu barco, Pittet se defendeu dizendo que passou por uma situação semelhante ao caso dos impressos: um homem, chamado Pierre Barbey, bateu na porta de sua casa e pediu-lhe que enviasse um pacote para a zona francesa. Este último também foi identificado e preso pelas autoridades suíças. Em uma correspondência datada de 29 de junho de 1943 para o Ministério Público Federal, Alexandre e David Moriaud, advogados do caso de Pittet, garantiram que Pierre Barbey havia pagado a multa imposta sobre o tráfico do ouro. O material foi detido pela Inspeção Territorial I e posto à venda para o Banco Nacional Suíço. Jean Pittet foi absolvido das acusações, cf. MORIAUD, Alexandre. **[Correspondência]**. 28 jun. 1943, Genebra [para] Procurador Geral da Confederação, Berna, 2f.